



**A VARIAÇÃO NO USO DO PRONOME REFLEXIVO NO PORTUGUÊS  
AFRO-BRASILEIRO COMO O RESULTADO DE MUDANÇAS  
INDUZIDAS PELO CONTATO ENTRE LÍNGUAS NO PASSADO**

**VARIATION IN THE USE OF THE REFLEXIVE PRONOUN IN  
AFRO-BRAZILIAN PORTUGUESE AS THE RESULT OF CHANGES  
INDUCED BY THE CONTACT OF LANGUAGES IN THE PAST**

*Dante Eustachio Lucchesi Ramacciotti<sup>1</sup>*

*Jurgen Alves de Souza<sup>2</sup>*

**Resumo**

O artigo analisa o efeito do contato entre línguas na realização dos pronomes reflexivos na fala de comunidades rurais formadas predominantemente por descendentes diretos de africanos trazidos para o Brasil como escravos. O processo de nativização da variedade de segunda língua falada por milhões de africanos escravizados e índios aculturados não teve a intensidade dos processos típicos de crioulezamento, mas desencadeou mudanças no sentido da simplificação morfológica que caracteriza o português popular em oposição ao português da elite letrada brasileira, atualmente. Desse processo resultou uma redução no uso dos pronomes reflexivos na constituição histórica da variedade de português analisada, o português afro-brasileiro, que, em princípio, deve exibir os efeitos mais notáveis do contato entre línguas, entre as variedades atuais do português no Brasil. A verificação empírica dessa hipótese foi feita com base em uma análise sociolinguística da fala vernácula de quatro comunidades rurais afro-brasileiras isoladas do interior do Estado da Bahia na atualidade. A análise em tempo aparente das variáveis sociais

---

1 Universidade Federal Fluminense/CNPq. E-mail: [dante.lucchesi@gmail.com](mailto:dante.lucchesi@gmail.com).

2 Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. E-mail: [professorjurgen@hotmail.com](mailto:professorjurgen@hotmail.com).

*Recebido em: 09/11/2018*

*Aceito em: 27/11/2018*



A revista *Diadorim* utiliza uma Licença [Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/) (CC-BY-NC).

apontou para uma mudança em progresso no sentido do aumento do uso dos pronomes reflexivos nas comunidades estudadas. Essa mudança se enquadra no nivelamento linguístico previsto na visão da polarização sociolinguística do Brasil, no qual os modelos urbanos de prestígio são difundidos para todos os estratos sociais em todas as regiões do país. Esses resultados confirmaram a hipótese inicial, com base na interpretação de que a redução no uso dos pronomes reflexivos provocada pelo contato entre línguas no passado estaria sendo revertida agora por influências externas às comunidades de fala analisadas.

**Palavras-chave:** Pronomes reflexivos; Português afro-brasileiro; Contato entre línguas; análise variacionista; Mudança em progresso; Transmissão linguística irregular.

### Abstract

This paper analyses the effects of languages in contact on the realization of the reflexive pronouns in speech communities predominantly formed by direct descendants of Africans brought to Brazil as slaves. The process of nativization of the second language variety spoken by millions of enslaved Africans and acculturated Indians has not been so strong and deep as it is in typical creolization processes, but it triggered changes such as a morphological simplification, which is present in Popular Brazilian Portuguese in opposition to literate Portuguese nowadays. Such process caused a reduction in the use of the reflexive pronouns within the historical constitution of this linguistic variety, the Afro-Brazilian Portuguese, presumably the Brazilian Portuguese variety most affected by language contact in the past. The empirical verification of this hypothesis was made through a sociolinguistic analysis of the vernacular of four isolated rural Afro-Brazilian communities from the Bahia State hinterland nowadays. The apparent time analysis revealed a change in progress in the sense of the increase in use of reflexive pronouns in the speech communities studied. Such change is part of the linguistic levelling predicted in the vision of Brazil's sociolinguistic polarization, in which the prestigious urban linguistic patterns are widespread to all social strata and all regions of the country. These results confirmed the initial hypothesis, based on the interpretation that the reduction in the use of reflexive pronouns caused by the contact between languages in the past would now be reverted by external influences upon the speech communities analyzed.

**Keywords:** Reflexive pronouns; Afro-Brazilian Portuguese; Language contact; Variationist analysis; Change in progress; Irregular linguistic transmission.

### Introdução

A tese de doutorado do sociolinguista norte-americano Gregory Guy (1981) recolocou a questão do contato entre línguas na agenda da Linguística brasileira, ao postular que o português popular do Brasil era o resultado da descrioulização de um crioulo português formado entre os séculos XVI e XVII, com base na premissa de que o contexto sócio-histórico do Brasil colonial seria altamente favorável à crioulização. A hipótese da origem crioula do português brasileiro foi reforçada pelo crioulista John Holm (1987), na mesma década. Porém, tal hipótese despertou uma forte reação no Brasil. Surpreendentemente, dois dos maiores sociolinguistas do país, Anthony Naro e Marta Scherre (1993), alegaram que não havia registros históricos de qualquer processo de crioulização do português no Brasil e que os traços mais típicos do por-

tuguês popular brasileiro (doravante PPB), como a maciça variação no uso das regras de concordância nominal e verbal, eram essencialmente o resultado de uma *deriva secular* da língua portuguesa, que remontava às suas origens latinas, recorrendo ao conceito que o estruturalista norte-americano Edward Sapir (1921) havia cunhado no início do século XX e retomando, em linhas gerais, a posição que já havia assumido Serafim da Silva Neto (1988[1957]), em meados do mesmo século. Por outro lado, Alan Baxter e Dante Lucchesi (1997) alegaram que, embora não tivesse havido uma criouliização do português no Brasil, o contato entre línguas teria sido determinante na formação do PPB.

Enquanto a grande historiadora da língua portuguesa Rosa Virgínia Mattos e Silva (2004) reconhecia a importância da aquisição precária da língua portuguesa por milhões de índios e africanos para a configuração do PPB, o debate prosseguia, com Naro e Scherre (2007) buscando evidências de variação na concordância verbal e nominal no português arcaico e no português europeu para refutar a relevância do contato e ratificar a hipótese da deriva. Contudo, a publicação de um grande volume de análises da fala de comunidades rurais afro-brasileiras do interior do estado da Bahia, algumas delas remanescentes de antigos quilombos (LUCCHESI; BAXTER; RIBEIRO, 2009), fortaleceu sobremaneira a posição da centralidade do contato entre línguas na formação do PPB, em função das robustas evidências empíricas apresentadas, da sua fundamentação teórica consistente e da linha de argumentação adotada.<sup>3</sup> A ideia geral que orientou essa ampla pesquisa foi a de que, embora não tenha havido a criouliização, a aquisição precária do português por milhões de índios e africanos por mais de três séculos, bem como a nativização dessa variedade de segunda língua entre seus descendentes, impactou fortemente a formação do PPB, tendo como principal reflexo a simplificação morfológica, que se observa na maciça variação na concordância nominal e verbal, entre outros aspectos.

A contenda foi, então, praticamente superada em favor da visão da relevância do contato, com a crítica à hipótese da deriva sistematizada por Lucchesi (2012), na qual ele chamava a atenção para uma contradição central no pensamento de Naro e Scherre, que reconheciam a ampla e precária aquisição do português por parte de índios e africanos – chegando a falar em uma “pidginização em si, quase endêmica no Brasil desde o início da Colônia” (2007, p. 32) –, mas recorriam ao conceito abstrato da *deriva*, para explicar a simplificação morfológica do PPB. Naro (2007, p. 182-183) havia resgatado o princípio da *navalha de Okham* para defender sua posição favorável à deriva. Segundo esse princípio, em uma disputa científica, a hipótese mais simples e elegante, que se apoia menos em construtos teóricos abstratos, é a que melhor explica os fatos. É consensual entre os especialistas que, não apenas a pidginização, mas qualquer situação em que falantes adultos são forçados a adquirir e usar uma segunda língua em situações

---

3 O livro *O Português Afro-Brasileiro*, publicado pela EDUFBA, em 2009, reuniu os resultados de mais de quinze anos de pesquisas de campo e análises linguísticas, desenvolvidas no âmbito do Projeto *Vertentes do Português Popular do Estado da Bahia* (ou simplesmente *Projeto Vertentes*), criado e coordenado por Dante Lucchesi, na Universidade Federal da Bahia.

adversas produz simplificação morfológica (SHUMMANN, 1978; MUYSKEN; SMITH, 1994; KLEIN; PERDUE, 1997; RAMPTON, 1997; BAKER, 1997; HAWKINS, 2001; VAINIKKA; YOUNG-SCHOLTEN, 2006; SIEGEL, 2008; entre tantos outros). Se Naro e Scherre reconhecem uma situação de *pidgnização quase endêmica* na origem do PPB, a solução mais simples e mais elegante é explicar a simplificação morfológica do PPB em função disso, não havendo qualquer necessidade de recorrer ao construto abstrato da *deriva secular*. Portanto, o próprio princípio invocado por Naro foi decisivo para descartar a deriva como uma “excrecência teórica que não contribui para explicar os dados relevantes”.<sup>4</sup>

Além disso, Lucchesi (2012) aduziu a fragilidade teórica do conceito de *deriva* no estágio atual de desenvolvimento da teoria linguística e argumentou ainda que a variação na concordância verbal e nominal no português europeu eram fenômenos marginais e qualitativamente distintos da maciça variação encontrada no Brasil, não servindo como evidência contrária à hipótese do contato, como pretendiam Naro e Scherre. Análises empíricas também comprovaram o caráter periférico do fenômeno da variação na concordância verbal, no português europeu (GANDRA, 2009; VIEIRA; BAZENGA, 2013). Como afirmaram Antonia Mota e outros (2012, p. 166), “a ausência de marcas de concordância é quantitativamente irrelevante no português europeu e tipologicamente limitada – o português europeu caracteriza-se globalmente pela reiteração das marcas morfológicas de concordância”. A análise de Vieira e Bazenga (2013), por sua vez, fornece a comprovação empírica para tal afirmação, ao encontrar um emprego praticamente categórico da regra de concordância verbal (com uma frequência geral de 99% do total de ocorrências), em uma amostra de fala com moradores do bairro de Oeiras, em Lisboa e da freguesia de Cacém, em Sintra. Desfez-se, assim, o último reduto da linha de argumentação de Naro e Scherre, em favor da deriva secular.

Desde então, estudiosos de diversas correntes teóricas têm encorpado a frente de pesquisa sobre os efeitos de contato entre línguas na formação do português brasileiro (OLIVEIRA; HOLM, 2011; AVELAR; GALVES, 2014; AVELAR, 2015; NEGRÃO; VIOTTI, 2014a e 2014b; entre outros). Coloca-se, então, na ordem do dia identificar que estruturas do PPB são resultantes de mudanças linguísticas induzidas pelo contato entre línguas, para além da simplificação morfológica que afeta as regras de concordância nominal e verbal, já sobejamente escrutinadas e analisadas.

Este artigo se engaja nessa frente de investigação, analisando a variação no emprego do pronome reflexivo, assim exemplificada:

- (1) a. O João *se* machucou muito quando caiu da bicicleta.
- b. O João machucou muito quando caiu da bicicleta.

A hipótese adotada é que a supressão do pronome reflexivo *se* (na 3ª pessoa) que gera

---

<sup>4</sup> Expressão empregada pelo próprio Naro (2007, p. 182).

a variação, exemplificada em (1), insere-se no bojo do processo de simplificação morfológica inerente às situações de contato linguístico massivo, como as que caracterizam a formação histórica do PPB (LUCCHESI, 2002, 2008). A base da observação empírica é fornecida pelas amostras de fala das quatro comunidades rurais afro-brasileiras isoladas constituídas pelo *Projeto Vertentes*.<sup>5</sup> Segundo a visão adotada, os reflexos do contato entre línguas no PPB seriam mais notáveis nessa variedade, denominada *português afro-brasileiro* (LUCCHESI; BAXTER; RIBEIRO, 2009), em função de suas especificidades sócio-históricas. A análise sociolinguística em *tempo aparente* produzirá as evidências empíricas para suportar a hipótese de que a perda do pronome reflexivo teria ocorrido no passado, em função do contato entre línguas, e na atualidade estaria em curso uma recuperação dessa partícula gramatical, como consequência processo de *nivelamento linguístico*, decorrente da difusão dos padrões linguísticos urbanos para todas as regiões do país (LUCCHESI, 2001, 2006, 2015).

Para alcançar esses objetivos, este artigo se estrutura da seguinte maneira. A primeira seção traça um panorama da história sociolinguística do Brasil, focalizando o papel desempenhado pelo contato entre línguas. A segunda seção apresenta o conceito de transmissão linguística irregular de tipo leve, que foi formulado para descrever como o contato entre línguas teria afetado a formação histórica das variedades populares do português brasileiro, concentrando-se nos possíveis efeitos sobre o fenômeno aqui analisado. A terceira seção traz os resultados da análise sociolinguística da variação no uso dos pronomes reflexivos na fala de quatro comunidades rurais afro-brasileiras do interior do Estado da Bahia, focalizando especialmente os seus condicionamentos sociais. Essa seção também traz uma comparação da frequência de realização dos pronomes reflexivos em diferentes variedades do português brasileiro na atualidade. Por fim, o artigo se encerra com uma síntese de todo o processo de verificação empírica da hipótese de que a variação atual na realização dos pronomes reflexivos no português popular brasileiro, e no português afro-brasileiro em particular, tem sua origem no maciço contato entre línguas que marca a formação da sociedade brasileira.

## **1. O contato entre línguas na história sociolinguística do Brasil**

Estima-se que eram faladas, no território brasileiro, mais de mil línguas indígenas quando começou a colonização portuguesa, no século XVI. Entretanto, os povos indígenas que habitavam a costa do Brasil falavam variedades da língua tupi, o tupiniquim e o tupinambá, muito semelhantes entre si (RODRIGUES, 1986), tanto que os colonos e missionários portugueses se referiam a essas variedades como uma única língua, a que chamaram *língua geral da costa do Brasil*. Essa *língua geral* indígena foi a língua de intercuro entre portugueses e nativos no período inicial da colonização, mas é preciso distinguir dois cenários sociolinguísticos no Brasil colonial dos séculos XVI e XVII.

---

5 Cf. nota 3.

O primeiro cenário sociolinguístico predominou em São Paulo, onde se instalou o primeiro foco de colonização portuguesa no Brasil, com a fundação da Vila de São Vicente, no litoral, em 1532. Após se estabelecer no litoral, os colonizadores seguiram para o interior, subindo o planalto paulista e fundando uma nova vila, que viria a dar origem à atual cidade de São Paulo. À sujeição da população indígena local seguiu-se o aprisionamento dos povos indígenas das regiões vizinhas, mobilizando grandes expedições denominadas *Bandeiras*. No plano sociolinguístico, o reduzido contingente de colonizadores, em sua imensa maioria homens, possibilitou um amplo processo de miscigenação, do que resultou a formação de uma *sociedade mameluca*,<sup>6</sup> na qual predominava o uso de uma variedade da língua tupiniquim da população nativa, um tanto quanto alterada em função do novo contexto colonial, a chamada *língua geral* (RODRIGUES, 2006).

A conservação da língua indígena local, com alterações produzidas no novo contexto de colonização, ocorreu em vários pontos da costa brasileira, como o sul do Estado da Bahia, recebendo sempre essa variedade a denominação *geral* (ARGOLO, 2013). Com a expulsão dos franceses de São Luís, em 1615, uma variedade do tupi, o tupinambá, viria a predominar na sociedade colonial que os portugueses estabeleceram inicialmente no Maranhão e expandiram para a região amazônica, em busca das especiarias da selva e do apresamento de novos povos indígenas, em sua maioria falantes de línguas diversas, inclusive de outras famílias linguísticas, distintas da família tupi-guarani, nomeadamente as famílias Aruak e Karib. Assim, a língua de intercuro que viria a predominar na colonização da Amazônia seria essa variedade crescentemente alterada do tupinambá, que, com a denominação de *nhengatu* (lit. ‘língua boa’), acabou por se nativizar entre povos indígenas da região e até hoje é a língua materna de algumas localidades do Alto Amazonas (RODRIGUES, 2006).

A língua geral foi predominante no Estado de São Paulo até os finais do século XVII (SILVA NETO, 1963[1951]), porém a descoberta de ouro e diamantes na região vizinha, onde fica hoje o Estado de Minas Gerais, promoveu um grande afluxo de colonos portugueses, ao longo do século XVIII, os quais expulsaram os antigos paulistas para o Centro-Oeste do Brasil, reduzindo drasticamente o uso da língua geral paulista, no Sudeste. No Maranhão e no Pará, no Norte do Brasil, a língua geral de base tupinambá se conservou por muito mais tempo, tanto que o governo português do Marquês de Pombal publicou um decreto, proibindo o seu uso, no ano de 1755, mas a língua geral amazônica só viria a entrar em franco declínio ao longo do século XIX (FREIRE, 2004).

Por outro lado, nas regiões mais dinâmicas do Brasil Colonial, como o entorno das vilas de Olinda e Salvador, no Nordeste do Brasil, nos séculos XVI e XVII, a população indígena local foi rapidamente dizimada, sendo logo substituída por largos contingentes de escravos

---

6 O termo *mameluco* tem sido usado para designar o mestiço resultante do cruzamento do colonizador europeu com as mulheres indígenas.

importados da África, constituindo o segundo cenário sociolinguístico do Brasil colonial. Esse cenário foi, em termos demográficos, bem mais representativo que o primeiro, pois a principal força motriz do empreendimento colonial português no Brasil foi a mão de obra dos escravos africanos e seus descendentes, denominados *crioulos*; tanto que o chamado *tráfico negreiro* se tornou uma das atividades comerciais mais lucrativas, durante todo o período colonial e em boa parte do período do Império.

Embora tenha sido, durante bastante tempo, muito pouco visível, em função da violência, não apenas física, mas, sobretudo, simbólica, inerente ao processo de escravidão (MATTOSO, 2003), a presença africana constitui um dos componentes fundamentais na formação da sociedade brasileira, nos mais diversos setores da atividade social e da cultura, com forte influência na religião, na culinária, na música, na dança, e também no plano da língua, tendo os africanos e seus descendentes desempenhado um importante papel na *europização* linguística do Brasil (RIBEIRO, 1995, p. 166).

Não apenas no Brasil, mas em todo o processo de colonização da América, entre os séculos XVI e XIX, a importação de largos contingentes de mão de obra escrava da África foi crucial. Estima-se que, ao longo de mais de três séculos, o tráfico negreiro trouxe para o continente americano cerca de dez milhões de africanos. A participação desse contingente na formação das nações que vieram a se constituir no novo continente foi significativa, não obstante a já referida opressão na qual se buscava apagar a identidade cultural e linguística do escravo africano. Em vários planos da cultura, como a religião, a música e a culinária, a contribuição dos africanos é indelével.

No plano linguístico, a contribuição africana se destaca pela emergência de línguas crioulas, na região do Caribe, em sociedades formadas a partir de grandes propriedades agroexportadoras que empregavam largamente a mão de obra escrava, denominadas *plantações*. Dentre as mais de trinta línguas crioulas que se formaram na região, encontram-se o haitiano, cujo léxico é de origem francesa, e o jamaicano, de base lexical inglesa, além do papiamento, em Curaçao, e o sranan e o saramacan, no Suriname.

Calcula-se que o destino de cerca de quarenta por cento dos africanos trazidos para o continente americano tenha sido o Brasil, o que nos leva à impressionante cifra de quatro milhões de indivíduos. Em sua maioria, eram provenientes da região de Angola e da região que atualmente corresponde à Nigéria e ao Benin. Da primeira região vieram os falantes das línguas banto, principalmente o quimbundo, o kikongo e o umbundo. Da segunda região, vieram os falantes das línguas kwa, majoritariamente o Yorubá, o ewe e o fon. Os escravos provenientes de Angola eram levados para Pernambuco e principalmente para o Rio de Janeiro, que se tornou o principal porto do Brasil, a partir do século XVIII. Do Rio de Janeiro, eram distribuídos para o resto do Brasil, exceto a Bahia, que importava a maioria dos seus escravos da Costa da Mina, com larga predominância dos falantes do Yorubá, tanto que essa língua ainda era falada entre

a população pobre de Salvador, até o início do século XX. Entretanto, assim como em todo o continente americano, nenhuma língua africana subsistiu no Brasil, em função da violenta repressão linguística e cultural que os escravos sofriam (LUCCHESI, 2009a).

Até meados do século XIX, aproximadamente dois terços da população do Brasil era constituída por índios, africanos e seus descendentes – ou seja, só um pouco menos de um terço daqueles que formaram a sociedade brasileira eram falantes nativos do português filhos de falantes nativos da mesma língua. A partir do século XVII, os africanos e seus descendentes, incluindo os mestiços, denominados *mulatos*, predominaram na população do Brasil, tanto que, em 1850, africanos, crioulos e mulatos correspondiam a 65% do total da população (LUCCHESI, 2009a). Esse contingente formou, quase que exclusivamente, a mão de obra das lavouras de cana-de-açúcar, fumo e algodão do Nordeste, entre os séculos XVII e XIX; da extração de ouro e pedras preciosas em Minas Gerais, no século XVIII; e das fazendas de café do Vale do Paraíba e do Planalto Paulista, no século XIX. O tráfico negreiro só cessou em 1850, e a escravidão africana só foi abolida em 1888. Até o início do século XX, a grande maioria dessa massa de afrodescendentes vivia no campo e era iletrada (LUCCHESI, 2015, p. 85-94).

Desde o tráfico da África para o Brasil, os escravos eram misturados para evitar a articulação de revoltas. No Brasil, essa prática se reproduzia, já que os africanos eram impedidos de usar suas línguas nativas, e suas práticas culturais e religiosas eram igualmente reprimidas (MATTOSO, 2003). Os escravos eram, então, forçados a usar o português até para se comunicarem entre si. Entretanto, a aquisição do português era limitada, porque o acesso aos modelos de português era muito restrito, e, na maioria das situações, os africanos não tinham também interesse em adquirir uma grande proficiência em português. Essa segunda língua tornava-se, então, um código restrito de comunicação interétnica, com uma estrutura gramatical limitada e muitas vezes decalcada das línguas nativas dos africanos, o que se denomina um *pré-pidgin* (SIEGEL, 2008). Mesmo assim, esse português alterado ia se tornando a língua materna dos filhos dos escravos. Tal processo de transmissão linguística irregular pode levar à formação de uma língua qualitativamente distinta, denominada *língua crioula* (ver próxima seção). É possível que línguas pidgins ou crioulas tenham se formado no Brasil, sobretudo no século XVII. Entretanto, essas línguas tiveram uma vida efêmera e não deixaram testemunhos históricos (LUCCHESI, 2009a).

As razões para que não tenham ocorrido processos duradouros e representativos de pidginização e criouliização do português no Brasil são as seguintes (LUCCHESI, 2009a):

(i) Um percentual de falantes da língua dominante (pelo menos 30% de falantes nativos de português, durante o período da colônia e do império), bem superior ao que se encontra nas situações típicas de pidginização/criouliização (menos de 20% de falantes do grupo dominante).

(ii) Elevado grau de mestiçagem, decorrente da prática generalizada de intercuro sexual.

al entre os colonizadores portugueses e as mulheres índias e africanas.

(iii) Práticas culturais de assimilação dos filhos dos escravos africanos, os *crioulos*, principalmente os mestiços, os *mulatos*, que se integravam rapidamente na sociedade branca, inclusive (e principalmente) no plano linguístico.

Essas condições impediram a formação de pidgins e crioulos no Brasil, mas não impediram as alterações que vão separar a variedade de português dos descendentes de índios e africanos do português lusitanizado da elite colonial e do Império. Assim, um português dividido vai-se tornando a língua hegemônica da sociedade brasileira (LUCCHESI, 2001, 2015).

O português começa a avançar de forma mais ampla no território brasileiro no século XVIII, com a descoberta de grandes mananciais de ouro e pedras preciosas na região do atual Estado de Minas Gerais (LUCCHESI, 2006). O afluxo de colonos portugueses e a importação de escravos aumenta enormemente, de modo que a população do Brasil cresce onze vezes nesse século, passando de pouco mais de trezentos mil habitantes, em 1700, para três milhões e trezentos mil, em 1800. O avanço da língua portuguesa prossegue no século seguinte, com a transferência da corte portuguesa para o Brasil, em 1808. O tráfico de escravos africanos é proibido definitivamente em 1850, acabando com a principal fonte do multilinguismo no Brasil. A abolição da escravidão ocorre em 1888, e a fonte de mão de obra para a lavoura passa a ser alimentada pela entrada no país de mais de três milhões de imigrantes provenientes da Europa e da Ásia, entre as últimas décadas do século XIX e as primeiras décadas do século XX.

Contudo, até a primeira fase da república, que se inicia em 1889, o Brasil continua sendo um país rural agroexportador, sendo o café o principal produto de exportação do país. Em 1900, cerca de noventa por cento da população vive no campo, dois terços são descendentes de índios e africanos e pelo menos três quartos são analfabetos. Nessas condições, a divisão linguística do país mantém-se profunda, separando a maioria da população que fala um português muito alterado por mudanças decorrentes do contato linguístico, e a língua da elite, que vai buscar em Portugal os modelos para o *bon usage* da língua (FARACO, 2008).

Essa situação mudará, a partir da Revolução de 1930, com a derrota das oligarquias rurais e o início da industrialização e urbanização do país. Ao longo do século XX, a população do Brasil se torna majoritariamente urbana, com oitenta por cento dos brasileiros vivendo nas grandes cidades, no ano de 2000. A urbanização favorece a inserção dos segmentos provenientes do campo no mercado consumidor e no universo do letramento (FARACO, 2008). Entretanto, as características do desenvolvimento tardio e dependente do capitalismo no Brasil vai fazer com que essa inserção seja precária e parcial. Assim, muitas das marcas da linguagem rural permanecem na fala da população pobre que vive nas periferias das grandes cidades. Portanto, embora a urbanização ocorrida a partir de 1930 tenha diminuído os efeitos do contato entre línguas no português popular, muitas alterações ainda persistem, separando a linguagem da po-

pulação socialmente marginalizada da língua culta da elite letrada do país, no que se denomina *polarização sociolinguística do Brasil* (LUCCHESI, 2001, 2015).

A identificação dos efeitos do contato entre línguas na formação histórica do português popular brasileiro constitui um dos principais campos de investigação da Linguística do Brasil, na atualidade. A teorização desenvolvida por Baxter e Lucchesi, em torno do conceito de *transmissão linguística irregular* tem lançado luzes sobre o tema (BAXTER; LUCCHESI, 1997; LUCCHESI, 2003, 2008; LUCCHESI; BAXTER, 2009).

## 2. A transmissão linguística irregular de tipo leve e a simplificação morfológica no português popular brasileiro

A concepção da *transmissão linguística irregular* como um conceito gradual visa a desenvolver um modelo mais amplo de análise das mudanças linguísticas induzidas pelas situações de contato maciço entre línguas que não se restrinja às situações típicas de crioulização (BAXTER; LUCCHESI, 1997; LUCCHESI, 2002, 2008; LUCCHESI; BAXTER, 2009). A ideia básica é que uma situação de contato entre línguas massivo pode conduzir à formação de uma língua crioula, que tem uma gramática qualitativamente distinta da língua alvo (ROUGE, 2008), mas também pode resultar na formação de variedades históricas da língua dominante com algumas características estruturais das línguas crioulas, porém em um nível menos intenso e mais superficial, caracterizando uma *transmissão linguística irregular de tipo leve*.<sup>7</sup>

Em ambos os casos, o que está essencialmente em jogo é a necessidade de recomposição das estruturas gramaticais perdidas na situação inicial de contato, com a aquisição precária da língua do grupo dominante pelos falantes adultos dos grupos dominados. Portanto, é a intensidade dessa erosão gramatical da língua dominante que vai determinar o grau de reestruturação gramatical da variedade linguística que se formará na situação de contato. Para que haja a reestruturação original da gramática que dá origem às línguas pidgins e crioulas, é preciso que o acesso aos modelos da língua dominante seja restrito durante todo o período de formação dessa nova comunidade de fala, o que aconteceu historicamente nas sociedades de *plantation* ou em comunidades quilombolas, como descrito, na seção anterior.

A reestruturação radical que dá origem às línguas crioulas produz estruturas gramaticais qualitativamente distintas da língua do grupo dominante, da qual retirou a maior parte do seu vocabulário (a *língua lexificadora*). Assim, as línguas crioulas expressam os valores das categorias gramaticais de tempo, modo e aspecto por meio de partículas pré-verbais, e não por meio da flexão verbal, como ocorre nas línguas lexificadoras europeias. A *gramaticalização* desempenha naturalmente um papel crucial na formação das línguas crioulas. Assim, o verbo *dar* se gramaticaliza para desempenhar a função de preposição de dativo, os verbos *dicendi* (*dizer/falar*)

<sup>7</sup> Uma formulação algo semelhante é feita por John Holm (2004), através do conceito de *reestruturação linguística parcial*.

passam a desempenhar também a função de complementizadores, e o nome *cabeça* ou *corpo* passa a funcionar também como pronome reflexivo. A criouliização pode ser vista também como um processo de simplificação morfológica (MCWHORTER, 1998 e 2001). Assim, as línguas crioulas utilizam um número muito reduzido de preposições e conjunções, predominando as construções por justaposição; além disso, não possuem flexão de caso dos pronomes pessoais, flexão verbal de número e pessoa e concordância verbal e nominal. Como decorrência dessas alterações, as línguas pidgins e crioulas também exibem algumas mudanças paramétricas em relação às línguas lexificadoras europeias, como a ausência de sujeito referencial nulo e de inversão na ordem sujeito-verbo. Em princípio, a recomposição deve ocorrer nos mecanismos que são essenciais ao funcionamento de qualquer língua humana, o que reveste o estudo das línguas crioulas de especial interesse para a compreensão da linguagem humana, pois a língua crioula prototípica possuiria apenas o núcleo gramatical essencial da faculdade da linguagem (BICKERTON, 1981, 1984 e 1999).

Toda essa reestruturação gramatical que caracteriza a formação das línguas crioulas ocorreu em situações sócio-históricas bem específicas, nas quais uma comunidade desenvolveu uma língua a partir de um conjunto limitado de itens lexicais. Contudo, as situações que o colonialismo europeu promoveu na América, África, Ásia e Oceania variaram muito no que concerne aos valores das variáveis sociais, étnicas e demográficas presentes em sua configuração. Dessa forma, em muitas situações de contato massivo do inglês, português, espanhol, francês e holandês com línguas africanas, asiáticas e da Oceania, não ocorreu a criouliização. Nesses contextos mais representativos em termos históricos e demográficos, como o que predominou na formação da sociedade brasileira, os falantes dos grupos dominados e seus descendentes tiveram um maior acesso à língua europeia do grupo dominante, o que inibiu a criouliização, mas não impediu a ocorrência de mudanças estruturais decorrentes da aquisição mais ou menos limitada do português como segunda língua por milhões de índios aculturados e africanos escravizados e da nativização desse modelo mais ou menos defectivo de segunda língua entre os seus descendentes mestiços ou endógamos.

Nesse processo de *transmissão linguística irregular de tipo leve*, que determina a formação histórica do PPB, a reestruturação radical da gramática própria da criouliização praticamente não acontece, havendo sim a transmissão dos mecanismos nucleares da gramática da língua dominante. O que caracteriza, então, essas variedades linguísticas parcialmente reestruturadas pelo contato é um amplo processo de simplificação morfológica que atinge, sobretudo, os mecanismos gramaticais que não têm valor informacional ou têm um valor semântico mais abstrato. Observa-se, contudo, uma diferença quantitativa entre esse processo menos intenso de reestruturação e o processo radical da criouliização, pois, neste último, mecanismos gramaticais sem valor informacional são virtualmente eliminados, enquanto na transmissão linguística irregular de tipo leve observa-se apenas um amplo processo de variação no uso desses mecanismos gramaticais, sem ocorrer a sua eliminação.

Essa compreensão do processo histórico de formação do PPB fornece a base para hipótese que norteia esta análise do emprego dos pronomes reflexivos no português afro-brasileiro. Nos processos prototípicos de criouliização, os pronomes reflexivos da língua lexificadora se perdem, ocorrendo, durante a reestruturação da língua pidgin/crioula, um processo de gramaticalização, no qual o substantivo *corpo* ou *cabeça* assume a função de pronome reflexivo.

Nos chamados crioulos do Atlântico, essa solução predomina, como no haitiano, em que o nome *corpo* funciona como reflexivo, como se pode ver no Exemplo (2). Segundo Parkvall (2000, p. 57), esse uso seria o resultado da influência do substrato, pois em várias línguas africanas a palavra para *corpo* também funciona como reflexivo. Assim, embora a palavra usada seja a da língua europeia lexificadora do crioulo, a especificação gramatical da palavra é fornecida pela matriz da língua africana do substrato.

(2) *Matantpannkor.*

Minha tia enforçar **corpo** (tradução literal)

Minha tia se enforcou.

Essa transferência do substrato fica mais evidente nos crioulos do Golfo da Guiné, em que a palavra que funciona como pronome reflexivo é a própria palavra da língua de substrato, a língua edô, falada no Benin, que também é usada para se referir a *corpo*, como se pode ver no Exemplo em (3), retirado do Santomense, e no Exemplo em (4), retirado do Angolar (HAGEMEIJER, 2009, p. 13-14):

(3) *Songa mata ubwêum.*

Então eu ir matar **corpo** meu (tradução literal)

Então eu vou me matar.

(4) *Ê mata ôngêrê.*

Ele matar **corpo** dele (tradução literal)

Ele se matou.

Já o crioulo cabo-verdiano utiliza o nome *kabesa* como pronome reflexivo e o nome *kunpanheru* como pronome recíproco, como se pode ver em (5) e (6), respectivamente (PRATAS, 2002, p. 80-81):

(5) *Djon mata kabesa.*

João matar **cabeça** (tradução literal)

João se matou.

(6) *Es gosta (di) kunpanheru.*

Eles gostar (de) **companheiro** (tradução literal)

Eles se gostam.

Porém, quando o sujeito sintático não é simultaneamente agente e paciente da ação verbal, é comum, no cabo-verdiano, a não-realização da expressão anafórica ou de qualquer elemento explícito que possa evidenciar o contexto de reflexividade (PRATAS, 2002, p. 81), como exemplificado em (7) e (8):

(7) *Pedru xinta.*

Pedro sentou (tradução literal)

Pedro se sentou.

(8) *Pedru perdi.*

Pedro perdeu (tradução literal)

Pedro se perdeu.

O cabo-verdiano é considerado um crioulo menos radical do que os crioulos do Golfo da Guiné, e esse uso pode dar pistas para compreender como o contato entre línguas afetou o mecanismo da reflexivização na formação do português popular do Brasil.

Como o PPB se formou em processo de transmissão linguística irregular de tipo leve, não se pode esperar uma substituição do pronome reflexivo do português em função do processo de gramaticalização do nome para *corpo* ou *cabeça*, provavelmente uma mudança derivada de um processo de transferência do substrato africano. O que se pode esperar encontrar no PPB é uma situação semelhante àquela observada no cabo-verdiano, na qual o pronome reflexivo deixa de ser empregado, sobretudo em contexto em que seu conteúdo semântico é esvaziado. Mesmo assim, o que se observa não é sua eliminação, mas uma variação no seu emprego. Essa foi a hipótese que norteou a análise variacionista do uso do pronome reflexivo no português afro-brasileiro.

### **3. A variação social no emprego do pronome reflexivo no português afro-brasileiro**

A hipótese que orientou esta análise é a de que a redução no uso do pronome reflexivo que se observa no português popular brasileiro em geral e no português afro-brasileiro em particular tem sua origem em mudanças induzidas pelo contato entre línguas que afetaram a formação histórica dessas variedades linguísticas. Para testar essa hipótese, serão apresentados os resultados de uma análise sociolinguística da variação no uso do pronome reflexivo na fala vernácula de quatro comunidades rurais do interior do Estado da Bahia, constituídas por descendentes

diretos de africanos trazidos para o Brasil como escravos, durante o processo de formação da sociedade brasileira. É bem provável que algumas dessas comunidades, que se mantiveram em um relativo grau de isolamento até recentemente, tenham sua origem em antigos quilombos.

Na época em que foram constituídas as amostras de fala aqui analisadas (entre os primeiros anos da década de 1990 e os primeiros anos deste século), a maioria dos indivíduos entrevistados se dedicava ao plantio, principalmente da mandioca, da qual produziam a farinha, artesanalmente. Eram, portanto, camponeses pobres, com pouca ou nenhuma escolaridade. Quase todos os informantes mais velhos eram analfabetos. Seu acesso aos meios de comunicação de massa era restrito, sendo um pouco maior entre os mais jovens. Alguns dos informantes, entretanto, tinham vivido fora da comunidade, trabalhando em grandes cidades da Região Sudeste (especialmente, São Paulo) ou em algum centro urbano da região.

A fala dessas comunidades constitui uma variedade específica no espectro do chamado português popular do Brasil, que foi denominada *português afro-brasileiro* (LUCCHESI; BAXTER; RIBEIRO, 2009). Essa variedade se diferencia das demais variedades populares do português brasileiro por exibir processos de variação ainda mais desviantes do padrão urbano considerado culto do que o que se observa na maioria das variedades do português popular, como, por exemplo, a variação na concordância verbal junto à primeira pessoa do singular, exemplificada em (9), e a variação na concordância de gênero no interior do Sintagma Nominal, como exemplificado em (10).

(9) Eu trabalha muitos ano lá.

(10) Às vez, ‘duece um pessoa, num tem um ambulança.

Dentro da visão aqui adotada, o português afro-brasileiro, por suas particularidades sócio-históricas, seria a variedade do português popular que mais teria sido afetada pelo contato entre línguas, particularmente no caso de comunidades quilombolas, bem como de agrupamentos de escravos libertados que se conservaram em localidades mais remotas das propriedades de seus antigos senhores. Por se situarem nessas regiões mais remotas do interior do país, mantiveram em certo isolamento até recentemente, conservando os aspectos de sua fala que foram mais afetados pelo contato linguístico.

A partir de meados do século XX, porém, o profundo processo de industrialização e urbanização do Brasil teria alcançado essas comunidades, afetando os seus padrões linguísticos e culturais. No quadro da *polarização sociolinguística do Brasil* (LUCCHESI, 2001, 2006 e 2015), estaria em curso um processo de *nivelamento linguístico*, no qual os padrões linguísticos hegemônicos nos grandes centros urbanos estariam se difundindo para todos os extratos sociais e para todas as regiões do país. Os grandes vetores dessa mudança de cima para baixo (LABOV, 2008[1972]) seriam a ação avassaladora dos meios de comunicação de massa, a expansão do sistema de educação pública, em que pese a sua precariedade, e a mobilidade social e migra-

ção interna, possibilitadas pela ampliação da malha rodoviária e o crescimento do mercado de trabalho, sobretudo nas grandes cidades. Esses fatores estariam implementando mudanças nessas comunidades rurais afro-brasileiras isoladas, nas quais padrões linguísticos adventícios estariam substituindo os antigos padrões de comportamento linguístico plasmados no processo de nativização das variedades de português faladas como segunda língua pelos antigos escravos africanos entre seus descendentes.

No que concerne ao fenômeno aqui estudado, a hipótese decorrente dessa visão seria a de que o uso dos pronomes reflexivos teria sido muito reduzido pelo processo de transmissão linguística irregular que marca a formação histórica dessas comunidades. Processos embrionários de gramaticalização de nomes como *cabeça* ou *corpo* para desempenhar essa função, se aconteceram, não vingaram. A redução do uso do pronome reflexivo seria maior nos contextos em que seu conteúdo semântico fosse esvaziado. Todavia, com o passar do tempo, sobretudo a partir de meados do século XX, influências de modelos linguísticos externos estariam impulsionando uma mudança no sentido do incremento do emprego do pronome reflexivo em todos os contextos em que é empregado. Uma análise sociolinguística em tempo aparente poderia atestar essa mudança comprovando empiricamente a hipótese formulada.

### **3.1. Enquadramento teórico-metodológico e descrição das comunidades e amostras de fala**

A análise aqui apresentada segue os princípios do paradigma variacionista (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 2006[1968]; LABOV, 2008[1972] e 1994), segundo os quais a variação linguística não é aleatória, mas regida por fatores estruturais internos e sociais externos. E, através da análise sistemática da variação sincrônica, pode-se vislumbrar os processos de mudança em curso na língua, no que se denominou estudo da mudança em *tempo aparente*. A observação empírica da análise variacionista focaliza sobretudo o *vernáculo* (a linguagem mais informal e espontânea), pois é nesse registro de fala que se pode apreender a variação em seu espectro mais amplo.

As amostras de fala vernácula que formam a base empírica desta análise foram coletadas em quatro comunidades rurais afro-brasileiras de diferentes regiões do Estado da Bahia.<sup>8</sup> A primeira comunidade é geminada em duas, Barra e Bananal, os chamados *Arraiais de Rio de Contas*, situados no Município de Rio de Contas, na Chapada Diamantina, uma região marcada em sua história pelo garimpo do ouro e de pedras preciosas. Essas duas comunidades se originaram provavelmente em agrupamentos de escravos foragidos (quilombos), no século XVIII. A segunda comunidade, *Cinzento*, situa-se no Município de Planalto, no semiárido baiano, onde

---

<sup>8</sup> Essas amostras foram constituídas no âmbito do Projeto *Vertentes do Português Popular do Estado da Bahia*, o Projeto *Vertentes* ([www.vertentes.ufba.br](http://www.vertentes.ufba.br)), criado e coordenado por Dante Lucchesi, desde 2002, no Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia.

predomina a pecuária. Deve ter também sua origem em um quilombo. A terceira comunidade, *Helvécia*, situada no Município de Nova Viçosa, próximo ao litoral do extremo Sul do Estado da Bahia, teve sua origem em uma colônia de alemães, suíços e franceses que, entre o início e o final do século XIX, estabeleceram na região grandes plantações de café que empregavam largamente a mão de obra de escravos africanos. Após a abolição da escravatura, os colonos europeus abandonaram o país deixando na terra os seus ex-escravos. A quarta comunidade, *Sapé*, situa-se no Município de Valença, um pouco ao sul do chamado Recôncavo Baiano, cuja história está ligada aos grandes engenhos de cana-de-açúcar, que prosperaram entre os séculos XVII e XVIII. A comunidade foi formada também por ex-escravos que, nos finais do século XIX, fixaram-se em terras mais ermas e recônditas que receberam de seus antigos senhores. É a comunidade que está mais próxima de Salvador, capital do Estado e grande centro de irradiação linguística. Em cada uma das quatro comunidades, foram gravadas entrevistas de tipo sociolinguístico com doze de seus membros, escolhidos aleatoriamente e distribuídos equitativamente entre os dois sexos e três faixas etárias: de 21 a 40 anos; de 41 a 60 anos; e mais de 60 anos. Portanto, a análise sociolinguística da variação na realização dos pronomes reflexivos na fala dessas quatro comunidades teve como universo de observação as 48 entrevistas devidamente transcritas, com base na chave de transcrição empregada no Projeto Vertentes.<sup>9</sup>

### 3.2. A variável dependente e seus condicionamentos estruturais

No jargão variacionista, o fenômeno variável analisado é a *variável dependente*, e os fatores que o determinam, as *variáveis independentes* ou *explanatórias*. O fenômeno em foco é a variação na realização do pronome reflexivo, exemplificado em (11), em que a expressão nominal *a menina*, que ocupa a posição de sujeito e expressa o agente da ação verbal, e o clítico *se*, que ocupa a posição de objeto direto e expressa o paciente da ação verbal, referem-se à mesma pessoa. O chamado pronome recíproco, exemplificado em (12), é uma variante do pronome reflexivo, remetendo a uma ação em que dois ou mais agentes dirigem a ação uns aos outros.

(11) A menina se feriu com a tesoura.

(12) Nós nos cumprimentamos antes da luta.

Porém, o que se denomina pronome reflexivo ou recíproco nem sempre é empregado para expressar o paciente de uma ação verbal cujo agente é a mesma entidade. Na frase em (13), por exemplo, o sujeito *eu* apenas realiza o movimento de sentar-se; já em (14), o sujeito *você* é a sede de um processo psicológico: lembrar-se; e em (15), o chamado pronome reflexivo *se* não passa de um expletivo, integrado na entrada lexical do verbo. Portanto, há um gradiente que vai do pronome reflexivo/recíproco propriamente dito até os casos em que esse pronome não passa de um expletivo, sem qualquer conteúdo semântico.

<sup>9</sup> A chave de transcrição empregada no *Projeto Vertentes* está disponível em: <http://www.vertentes.ufba.br/projeto/transcricao>.

(13) Eu me sentei no chão mesmo.

(14) Você não se lembra do Alfredo?

(15) O ator suicidou-se, em meio a uma crise de depressão.

Na análise realizada por Souza (2011), na qual este artigo se baseia, foram identificados, na amostra de fala das quatro comunidades estudadas, 1.002 contextos de emprego do pronome dito reflexivo, compreendendo todo o espectro de emprego dessa partícula gramatical. Nesse total, o clítico só se realizou em 151 ocorrências, o que corresponde a apenas 15% do total. Para aferir a interferência dos fatores linguísticos e sociais sobre o fenômeno variável, os dados foram codificados e processados estatisticamente com o recurso ao pacote de programas VARBRUL. Através do cálculo multivariado, esse programa mede o efeito de cada fator identificado, considerando o efeito simultâneo de todos os demais fatores. Esse peso relativo de cada fator é expresso numa escala de .01 a .99, sendo que, quanto maior o valor do peso relativo, maior a influência do fator sobre a variante focalizada (NARO, 2003a; GUY; ZILLES, 2007).

Entre os fatores estruturais que condicionaram a realização dessa partícula gramatical, destacou-se a natureza do pronome dito reflexivo. Os pronomes propriamente reflexivos ou recíprocos, como exemplificados, respectivamente, em (16) e (17),<sup>10</sup> foram os que exibiram a maior frequência de realização, 52% do total, com peso relativo de .91. Já os pronomes com uma carga semântica mais baixa, como exemplificado em (18), apresentaram uma frequência bem mais baixa de realização, até 10%, com o peso relativo caindo para até .37.

(16) A gente se arrumô e foi pra casa de Lili.

(17) Eles num se fala mais não.

(18) Eu num Ø alembro mais de nada.

Outros fatores estruturais que afetaram de forma relevante a realização dos pronomes reflexivos, em seu espectro mais amplo foram: a animacidade do sujeito e a concordância verbal. Os resultados estatísticos revelaram que as orações cujo sujeito exibisse o traço semântico [+humano] se mostraram um contexto favorável à realização do pronome reflexivo, com uma frequência de 16% do total (peso relativo de .53), contra uma frequência de realização de 2% (peso relativo de .18), quando o sujeito continha o traço [-humano]. Esse resultado está em consonância com o que se tem observado na tradição dos estudos variacionistas, pois o traço semântico [+humano] tem-se mostrado um fator que favorece a marcação morfológica, como ocorre, por exemplo, na variação na aplicação da concordância verbal, que é mais aplicada quando o sujeito se refere a seres humanos do que quando se refere a coisas.

A concordância entre o sujeito e o verbo da oração, exemplificada em (19), também cons-

---

10 Estes exemplos são ocorrências do corpus analisado.

tituiu um fator que favoreceu a realização do pronome reflexivo, com uma frequência de realização do clítico de 18% do total (peso relativo de .56), contra uma frequência de 14% (peso relativo de .47) quando não há a concordância verbal, como exemplificado em (20).

(19) Me opereí, já me senti bem melhó.

(20) Eu casô, parece, com vinte e cinco ano...

Isso pode ser explicado com base no *princípio da coesão estrutural*, proposto por Lucchesi (2000) e retomado por Lucchesi e Ribeiro (2009). Segundo esse princípio, o falante tende a combinar as regras de uma mesma gramática numa determinada porção da sentença, em um contexto de concorrência de gramáticas. No nó estrutural que reúne o sujeito, o verbo e o pronome dito reflexivo, a realização do pronome reflexivo se combina com a regra de concordância verbal, pois ambas compõem uma gramática de mais marcação morfológica. Já a gramática simplificada pelo contato entre línguas no passado combina a falta de concordância verbal com a não realização do pronome reflexivo. Vale destacar que o princípio da coesão estrutural pressupõe que, em um contexto de mudança linguística, ocorre a concorrência entre gramáticas na mente de cada falante (KROCH, 1989).

Contudo, como o objetivo deste artigo é testar a hipótese de que a variação na realização dos pronomes reflexivos na fala das comunidades estudadas teve sua origem em mudanças desencadeadas pelo contato entre línguas no passado, os resultados das variáveis sociais serão discutidos com mais detalhes, pois, através deles, é possível vislumbrar o potencial processo de mudança em progresso nas comunidades estudadas.

### **3.3. O encaixamento social da variação na realização do pronome reflexivo nas comunidades rurais afro-brasileiras**

Originadas de agrupamentos de escravos fugidos ou de ex-escravos, os quais se mantiveram em relativo isolamento até as primeiras décadas do século XX, as comunidades de fala aqui analisadas deveriam exibir uma variedade de português com uma forte simplificação morfológica, por conta do processo de transmissão linguística irregular de tipo leve que marca a sua formação. Isso se refletiria na frequência de realização do clítico dito reflexivo, que seria ainda mais baixa do que a atual. Contudo, a crescente influência dos padrões linguísticos externos fez com que, a partir de meados do século XX, o uso do pronome reflexivo fosse se incrementando em todo o seu espectro gramatical.

Dessa forma, a identificação de um processo de mudança em curso no sentido de um incremento do uso do pronome dito reflexivo favoreceria a hipótese aqui formulada, pois os efeitos das mudanças produzidas pelo contato entre línguas no passado estariam sendo revertidos pelo nivelamento linguístico em curso no quadro atual da polarização sociolinguística do Brasil, como sistematizado por Lucchesi (2001, 2006 e 2015). Por outro lado, esse cenário

contraria a hipótese da deriva secular, proposta por Naro e Scherre (2007), segundo a qual o português brasileiro como um todo estaria perdendo marcas morfológicas. De acordo com essa visão, o que deveria estar acontecendo nas comunidades estudadas seria uma perda gradual do pronome reflexivo.

Na análise em tempo aparente, a distribuição das variantes na estrutura social da comunidade de fala pode indicar, ou uma situação de mudança em progresso, ou uma situação de variação estável. No cenário de uma mudança no sentido do incremento do uso do clítico, que é uma mudança de cima para baixo e de fora para dentro das comunidades, o perfil dos indivíduos que liderariam essa mudança seria: os indivíduos mais jovens, com alguma escolarização e/ou que tivessem vivido algum tempo fora da comunidade. Além disso, os indivíduos do sexo masculino também estariam à frente dessa mudança, porque, nas comunidades estudadas, são os homens que tendem a ter mais contato com o mundo exterior, enquanto as mulheres tendem a ficar mais restritas ao universo familiar e da roça.

No processamento quantitativo dos dados, o pacote de programas VARBRUL seleciona as variáveis que têm valor estatístico, descartando aquelas variáveis, cuja distribuição interna dos dados indica que ela não tem interferência sobre o fenômeno analisado. Isso é feito sobretudo no que se denomina nível de significância, que não deve ultrapassar o valor .050. Isso significa que os resultados obtidos têm uma confiabilidade de, no mínimo, 95% de chance de corresponder à realidade. Foram consideradas inicialmente as seguintes variáveis sociais: *faixa etária*, *sexo*, *escolaridade*, *estada fora da comunidade* e a própria *comunidade do informante*. Dessas, o VARBRUL selecionou como estatisticamente relevantes apenas três: *sexo do informante*, *estada fora da comunidade* e *comunidade do informante*. Todavia, a variável idade também será considerada na interpretação dos resultados quantitativos das variáveis que se fará a partir de agora, tanto pela sua relevância na análise em tempo aparente quanto pelo que se insinua em seus resultados quantitativos, mesmo que esses não tenham plena confiabilidade estatística.

Na tradição das análises sociolinguísticas, no geral realizadas em centros urbanos de países industrializados, como os EUA, Inglaterra e Canadá, as mulheres tendem a usar mais as variantes padrão e a liderar as mudanças de cima para baixo (CHAMBERS, 1995, p. 102-103). Todavia, o que se tem observado nas comunidades rurais afro-brasileiras é o contrário, com os homens liderando uma mudança de cima para baixo (LUCCHESI, 2009b), o que reforça a compreensão de que os resultados das variáveis sociais não podem ser lidos mecanicamente, mas devem ser interpretados na sua interação com os demais fatores, de acordo com as especificidades de cada realidade sócio-histórica considerada (LUCCHESI, 2004 e 2015).

No contexto das comunidades aqui focalizadas, as mulheres costumam apresentar usos linguísticos mais primitivos e, por isso mesmo, mais diretamente marcados pelo contato entre línguas ocorrido no passado. Isso acontece porque, nessas comunidades, as mulheres costumam ficar mais circunscritas ao universo da casa e da roça, integrando-se menos no mercado

de trabalho e tendo menos contato com o mundo exterior. Já os homens estão mais integrados ao processo produtivo e à vida social, o que permite um maior contato com o mundo exterior e, conseqüentemente, com padrões linguísticos oriundos dos centros urbanos. No caso do fenômeno estudado, os homens devem exibir uma maior frequência de uso do pronome reflexivo em relação às mulheres, que conservariam o padrão mais antigo de simplificação morfológica produzida pelo contato.

Os resultados apresentados na Tabela 1 coadunam-se com esse cenário de uma mudança de fora para dentro e de cima para baixo nas comunidades estudadas, com os homens apresentando uma frequência de realização do pronome reflexivo de 20% (peso relativo de .61), enquanto a realização do pronome reflexivo na fala das mulheres corresponde a apenas 12% do total (peso relativo de .42).

SEXO	Nº DE OC. / TOTAL	FREQ.	P.R.
Masculino	82/414	20%	.61
Feminino	69/588	12%	.42
TOTAL	151/1002	15%	
<b>Input 0.11</b>		<b>Nível de Significância 0.013</b>	

**Tabela 1:** Realização do pronome reflexivo segundo o sexo do informante

A variável *estada fora da comunidade* possibilitou aferir diretamente o grau de contato dos falantes com o mundo exterior. Alguns indivíduos das comunidades estudadas costumam viver um tempo fora, trabalhando nos grandes centros urbanos ou em regiões agrícolas mais desenvolvidas, e depois retornam. Na tabulação dos dados, os falantes foram divididos em dois grupos: os que não saíram da comunidade e os que se ausentaram dela por mais de seis meses.

ESTADA FORA	Nº DE OC. / TOTAL	FREQ.	P.R.
Saiu por mais de 6 meses	70/413	17%	.59
Não se ausentou da comunidade	81/589	14%	.44
TOTAL	151/1002	15%	
<b>Input 0.11</b>		<b>Nível de Significância 0.049</b>	

**Tabela 2:** Realização do pronome reflexivo segundo a estada fora da comunidade

Os resultados da Tabela 2 confirmam que os falantes que saíram da comunidade por mais de 6 meses realizaram mais o pronome dito reflexivo, com uma frequência de 17% do total (peso relativo de .59), contra uma frequência de 14% (peso relativo de .44), na fala dos indivíduos que nunca viveram fora das comunidades. Esse resultado também corrobora o cenário de uma mudança de fora para dentro da comunidade.

COMUNIDADE	Nº DE OC. / TOTAL	FREQ.	P.R.
Sapé	50/186	27%	.72
Helvécia	59/374	16%	.55
Rio de Contas	18/146	12%	.43
Cinzento	24/296	8%	.33
TOTAL	151/1002	15%	
<b>Input 0.11</b>		<b>Nível de Significância 0.013</b>	

**Tabela 3:** Realização do pronome reflexivo segundo a comunidade do informante

A variável *comunidade do informante* permite observar, por um lado, a difusão da mudança no plano espacial; e, por outro lado, possibilita ver como as especificidades de cada comunidade podem interferir no processo histórico da mudança. Dentre as comunidades estudadas, Helvécia é a única para a qual se tem um registro de mudanças mais crioulizantes (FERREIRA, 1988), entretanto isso não se manifesta consistentemente em todos os fenômenos linguísticos observados. Cinzento, por ser uma comunidade mais isolada e ter provavelmente uma origem quilombola, apresenta índices mais desviantes em alguns fenômenos linguísticos. Já os Arraias de Rio de Contas flutuam entre as duas. Por fim Sapé, por ser a comunidade mais próxima da capital do Estado, Salvador, é a que tem se colocado mais à frente no processo de assimilação dos modelos linguísticos urbanos.

Os resultados apresentados na Tabela 3 confirmam que a comunidade de Sapé é aquela que está na frente no processo de assimilação das variantes do padrão culto, com uma frequência de realização do pronome dito reflexivo de 27% do total (peso relativo de .72), bem acima das demais. Nesse fenômeno, Helvécia não se mostrou a comunidade mais afastada do padrão urbano, e sim Cinzento, em função de seu maior isolamento. De qualquer forma, confirma-se o cenário de uma mudança proveniente do grande centro urbano regional, a capital do Estado da Bahia, a cidade de Salvador.

A variável social *faixa etária do informante* é crucial na abordagem em tempo aparente (LABOV, 1981 e 1994). Nas situações de mudança em progresso, os falantes mais jovens tendem a usar mais a variante inovadora, enquanto os falantes mais velhos, a variante conservadora. Essa diferença sincrônica refletiria o processo diacrônico de mudança, dentro do princípio de que os falantes consolidam seu padrão de comportamento linguístico ao final da adolescência, conservando a partir daí uma certa estabilidade ao longo da vida (NARO, 2003b). Assim, a diferença no comportamento linguístico entre, por exemplo, os falantes de 40 anos e os de 20 anos hoje refletiria, grosso modo, as alterações que a língua sofreu nos últimos 20 anos.

Embora não tenha sido selecionada como estatisticamente relevante pelo pacote de programas VARBRUL, os resultados da variável *faixa etária* apontaram para um cenário de mudança em progresso, com os falantes mais velhos exibindo uma frequência de uso dos pronos-

mes reflexivos menor do que os falantes mais novos, como se pode ver na Tabela 4.

FAIXA ETÁRIA	Nº DE OC. / TOTAL	FREQ.	P.R.
Faixa I (20 a 40 anos)	43/246	17%	.57
Faixa II (40 a 60 anos)	47/273	17%	.50
Faixa III (acima de 60 anos)	61/483	13%	.46
TOTAL	151/1002	15%	
<b>Input 0.10</b>	<b>Nível de Significância 0.239</b>		

**Tabela 4:** Realização do pronome reflexivo segundo a faixa etária do informante

No que concerne à frequência de realização dos pronomes reflexivos, os falantes mais velhos, com mais de 60 anos, são os que menos usam esses pronomes, com apenas 13%, contra 17% das demais faixas etárias. Já os pesos relativos apontam para uma gradação indicadora de mudança em curso, com o valor do peso relativo se elevando quando se passa de uma faixa de falantes mais velhos para uma de falantes mais jovens, havendo inclusive uma diferenciação entre os falantes mais jovens, entre 20 e 40 anos, com peso relativo de .57, e os falantes entre 40 e 60 anos, com .46. Contudo, as diferenças entre os valores dos pesos relativos não foram grandes, razão pela qual o nível de significância, .239, ficou acima do limite de confiabilidade, que é de .050. Portanto, fica apenas o indício de um quadro de mudança em progresso, já que esses resultados não têm confiabilidade estatística.

Além do quadro de mudança em curso, delineado pelos resultados das variáveis sociais, uma comparação entre o que se observa no português afro-brasileiro e o que outros estudos sobre o tema encontraram em variedades distintas do português brasileiro também podem fornecer evidências empíricas que ajudem a testar a hipótese de que a atual variação no emprego dos pronomes reflexivos tem sua origem em mudanças induzidas pelo contato entre línguas no passado.

### 3.4. Um cotejo com outras variedades do português brasileiro

Até meados do século XIX, cerca de dois terços da população do Brasil eram constituídos por índios, africanos e seus descendentes. Assim, pode-se pensar que, em grande medida, as atuais variedades populares do português brasileiro (PB) se formaram a partir do processo de nativização das variedades de português falado como segunda língua por africanos e índios entre os seus descendentes, de modo que o contato entre línguas teria atuado de forma direta na formação histórica dessas variedades.

Por outro lado, a história do Brasil também é marcada por um estreito contato entre os colonizadores brancos e os escravos africanos e índios subjugados, do que resultou, por exemplo, o elevado grau de mestiçagem da sociedade brasileira. Há também muitos registros de crianças negras criadas junto com as crianças brancas, tanto umas quanto outras cuidadas por amas de

leite africanas ou crioulas (MATTOSO, 2003). Esse estreito contato teria possibilitado que mudanças induzidas pelo contato afetassem também a língua da elite branca brasileira. Portanto, pode-se inferir daí que, se o contato entre línguas afetou diretamente as variedades populares do PB, afetou também a sua variedade culta atual, que deriva historicamente da evolução da língua das elites da Colônia e do Império, embora essa interferência seja indireta e, portanto, com uma menor intensidade (LUCCHESI, 2009a e 2015).

Diante disso, pode-se ver a variação no uso dos pronomes reflexivos, que se observa, tanto na fala popular, quanto na fala culta, como o resultado de mudanças que se originaram no contato do português com as línguas indígenas e africanas. Deve-se ter em mente, contudo, que o nível de variação será muito mais profundo na fala popular do que na fala culta, porque aquela foi muito mais afetada pelo contato do que esta, que só foi afetada indiretamente. Assim, o cotejo entre o nível de variação no uso dos pronomes reflexivos em diferentes variedades do PB atual pode fornecer evidências empíricas favoráveis à hipótese de que essa variação resulta de mudanças induzidas pelo contato, desde que o nível de variação nas variedades da norma culta seja menor que o observado nas variedades populares; e, entre essas, seja ainda maior nas variedades mais diretamente afetadas pelo contato, como é o caso do português afro-brasileiro.

Essa verificação empírica será feita com base na comparação da frequência geral de realização dos pronomes reflexivos em diferentes variedades do PB, obtidas por diferentes análises variacionistas ou não, apresentadas na Tabela 5:

VARIEDADE – AUTOR(A)	REALIZAÇÃO	NÃO-REALIZAÇÃO
Comunidades rurais afro-brasileiras da Bahia – Souza (2011)	15,0%	85,0%
Português popular rural do interior de Minas Gerais – D’Albuquerque (1988)	16,0%	84,0%
Português popular da cidade de Ouro Preto/MG – Rocha (1999)	25,0%	75,0%
Português popular da cidade de São Paulo/SP – Pereira (2007)	42,0%	58,0%
Falantes com ensino fundamental, médio e superior de São Paulo/SP – Nunes (1995)	48,0%	52,0%
Falantes com ensino fundamental e médio de cidades do Paraná – Bandeira (2007)	55,0%	45,0%
Falantes com ensino fundamental, médio e superior de João Pessoa/PB – Mello (2009)	85,0%	15,0%

**Tabela 5:** Frequência de realização do pronome reflexivo em diferentes variedades do PB

A menor frequência de realização dos pronomes reflexivos se encontra exatamente nas comunidades rurais afro-brasileiras aqui estudadas: apenas 15% do total, o que corrobora a hipótese aqui defendida. Ocorre que o percentual quase idêntico de 16%, encontrado por D’Al-

buquerque (1988), na fala de 20 informantes não escolarizados ou com pouca escolarização da zona urbana e da zona rural do Município de Manhaçu, Minas Gerais, poderia, em princípio, contrariar a hipótese do contato. Ressalta-se, porém, o fato de que Minas Gerais concentrou uma grande população de africanos e seus descendentes desde o ciclo do ouro, no século XVIII, o que pode explicar os traços desviantes do dialeto mineiro *vis-à-vis* as demais variedades dia-tópicas do PB. E o mais importante aqui é que essa variedade em questão, o dialeto mineiro, caracteriza-se exatamente pelo uso bem reduzido dos pronomes reflexivos mesmo entre os falantes urbanos escolarizados, que podem falar uma frase como *eu apaixonei por ela*, enquanto a maioria dos falantes urbanos de outras regiões do país falam normalmente *eu me apaixonei por ela*. Portanto, esse resultado do português popular mineiro não poderia ser tomado como uma evidência empírica contra a hipótese do contato. Isso também vale para o resultado de Rocha (1999), que encontrou um percentual de 25% de realização dos pronomes reflexivos em uma amostra de 27 falantes não escolarizados ou com pouca escolarização da zona urbana e da zona rural cidade de Ouro Preto. O maior percentual, em relação a Manhaçu, pode ser explicado pelo fato de ser uma cidade maior e que recebe um grande fluxo de turistas, mas, mesmo assim, o percentual ainda é muito baixo, o que reforça essa especificidade do dialeto mineiro.

Nesse sentido, deve-se destacar o fato de que a frequência de realização dos pronomes reflexivos sobe bastante quando se sai de Minas Gerais. Tal é o caso do estudo de Pereira (2007) que encontrou um percentual de 42% de realização dos reflexivos em uma amostra com 72 informantes não escolarizados ou com pouca escolarização da cidade de São Paulo/SP, oriundos de outros estados brasileiros e da zona rural do Estado de São Paulo, moradores de favelas e de conjuntos habitacionais populares da capital paulista. Esse percentual sobe para 48%, no estudo de Nunes (1995), que já inclui tanto falantes do ensino fundamental, quanto falantes do ensino médio e superior, não obstante a diferença, em princípio, deva ser considerada pequena. Isso se confirma no percentual maior do estudo de Bandeira (2007), que encontrou um percentual de 55% de realização dos pronomes reflexivos, embora suas amostras de cidades de Curitiba, Londrina, Pato Branco e Irati, no Estado do Paraná, retiradas do Projeto VARSUL, só contassem com falantes com ensino fundamental e médio. Diferença excessiva é a que se encontra no percentual de 85% encontrado por Mello (2009), em uma amostra de 60 falantes de João Pessoa, não escolarizados, com ensino fundamental, com ensino médio e com ensino superior, do Projeto VALPB.

Essas diferenças um tanto quanto surpreendentes entre os estudos devem ser vistas em função de diferentes opções metodológicas de que resultam diferentes critérios de recolha dos dados. Não obstante isso, o quadro geral confirma a hipótese do contato, já que as variedades mais potencialmente afetadas pelo contato entre línguas em sua formação apresentam uma frequência de realização dos pronomes reflexivos menor do que aquelas variedades potencialmente menos afetadas pelo contato.

## **Considerações finais**

A análise aqui apresentada orientou-se pela hipótese de que a variação no uso dos pronomes reflexivos observada no português brasileiro, particularmente em suas variedades populares, com particular destaque para o chamado português afro-brasileiro, tem suas origens no maciço contato entre línguas que marca a história sociolinguística do Brasil. Esse contato não atingiu o nível de radicalidade que caracterizou, por exemplo, a formação das línguas crioulas do Caribe, em que o multilinguismo deu origem a línguas qualitativamente distintas das línguas europeias que forneceram o léxico dessas línguas crioulas. No Brasil, o multilinguismo produziu apenas variedades da língua dominante, o português, que se destacam por um notável processo de simplificação morfológica, mas conservam a essência da gramática da língua dominante.

No que concerne ao pronome reflexivo, enquanto em muitas línguas crioulas o pronome reflexivo da língua dominante foi substituído pela gramaticalização do nome *corpo* ou *cabeça* para desempenhar sua função, as variedades populares do português no Brasil conservaram essa partícula gramatical, ocorrendo apenas um significativo decréscimo do seu uso, particularmente nos contextos em que o reflexivo tem o seu conteúdo semântico esvaziado.

Para comprovar essa hipótese, foram apresentados resultados de uma análise sociolinguística em tempo aparente de quatro comunidades rurais afro-brasileiras do interior do Estado da Bahia. Essa análise revelou um processo de mudança em progresso no sentido do incremento do uso dos pronomes reflexivos nessas comunidades, o que corrobora a visão de que a mudança que, na formação histórica dessas comunidades, reduziu o uso do pronome reflexivo estaria sendo revertida agora em função do nivelamento linguístico no qual os padrões linguísticos hegemônicos nos grandes centros urbanos estariam se difundindo para todas as regiões do país, conforme sistematizado por Lucchesi (2001 e 2015), em sua formulação da polarização sociolinguística do Brasil.

A hipótese do contato também foi confirmada pelo cotejo das frequências de realização dos pronomes reflexivos em diferentes variedades do português brasileiro. Se a variação no emprego dos reflexivos resulta de mudanças induzidas pelo contato entre línguas no passado, essa variação deverá ser mais profunda nas variedades que foram mais afetadas pelo contato em sua formação histórica. E a análise comparativa apresentada na parte final deste artigo confirmou essa hipótese, não obstante algumas inconsistências entre os resultados, certamente provocadas pelas diferenças de orientação metodológica entre os estudos cotejados.

Portanto, a análise aqui apresentada amplia a compreensão da história sociolinguística do Brasil, em função de uma visão que confere centralidade ao contato entre o português e as línguas indígenas e africanas. Tal visão, que se vem fortalecendo nos últimos anos em função de novas descobertas empíricas, como a que aqui se apresenta, além do seu maior valor heurístico,

coaduna-se muito mais à diversidade étnica que caracteriza a sociedade brasileira e que não deve ser nunca negligenciada, para não dar azo a toda sorte de preconceitos e discriminações, sobretudo em tempos tão sombrios como os que o país se encontra atualmente.

## Referências

ARGOLO, W. Colonização e Língua Geral: o caso do sul da Bahia. *PAPIA*, 23(1), p. 75-96, 2013.

AVELAR, J. Sobre a emergência das construções de tópico-sujeito no português brasileiro: mudança desencadeada por contato? In: AVELAR, J.; LÓPEZ, L.. (orgs.). *Dinâmicas Afro-Latinas: Língua(s) e História(s)*. Frankfurt am Main: Peter Lang, 2015, p. 127-148.

AVELAR, J.; GALVES, C.. O papel das línguas africanas na emergência da gramática do português brasileiro. *Linguística* (Online), v. 30(2), p. 241-288, 2014.

BAKER, P. Directionality in Pidginization and Creolization. In: SPEARS, A.; WINFORD, D. (eds.). *The Structure and Status of Pidgins and Creoles*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1997. p. 91-109.

BANDEIRA, G. *O apagamento de se nas funções sujeito e objeto: um estudo variacionista com dados do VARSUL do Paraná*. Tese de Doutorado, Universidade Federal de Paraná, Curitiba, 2007.

BAXTER, A.; LUCCHESI, D. A relevância dos processos de pidginização e crioulização na formação da língua portuguesa no Brasil. *Estudos Linguísticos e Literários*, Salvador, n. 19, p. 65-84, set. 1997.

BICKERTON, D. *Roots of language*. Ann Arbor: Karoma, 1981.

BICKERTON, D. The Language Bioprogram Hypothesis. *Behavioural and Brain Sciences*, Cambridge, n.7, p.173-203, 1984.

BICKERTON, D. How to acquire language without positive evidence: what acquisitionists can learn from Creoles? In: DEGRAFF, M. (ed.). *Language creation and language change: creolization, diachrony, and development*, Cambridge, The MIT Press, p. 49-74, 1999.

CHAMBERS, J. *Sociolinguistic Theory: linguistic variation and its social significance*. Oxford: Blackwell, 1995.

D'ALBUQUERQUE, A. A perda dos clíticos em um dialeto mineiro. *Revista Tempo Brasileiro*, Rio de Janeiro, 78/79, p. 97-121, 1988.

FARACO, C. A. *Norma Culta Brasileira: desatando alguns nós*. São Paulo: Parábola, 2008.

FERREIRA, C. *Remanescentes de um falar crioulo brasileiro*. In: FERREIRA, C. *et alia. Diversidade do Português do Brasil*. Salvador, UFBA, p. 21-32, 1988.

FIGUEIREDO, C. F. ; OLIVEIRA, M.. Português do Libolo, Angola, e português afro-indígena de Jurussaca, Brasil: cotejando os sistemas de pronominalização. *Papia* (Brasília), v. 23, p. 105-185, 2013.

FREIRE, J. *Rio Babel: a história das línguas na Amazônia*. Rio de Janeiro: Atlântica, 2004.

GANDRA, A. A concordância verbal no português europeu rural. In: OLIVEIRA, K.; CUNHA E SOUZA, H.; GOMES, L. (orgs.). *Novos Tons de Rosa*. Salvador: EDUFBA, p. 142-161, 2009.

GUY, G. *Linguistic variation in Brazilian Portuguese: aspects of phonology, syntax and language history*. Tese de Doutorado, University of Pennsylvania, 1981.

GUY, G.; ZILLES, A.. *Sociolinguística Quantitativa*. São Paulo: Parábola, 2007.

HAGEMEIJER, T. As línguas de S. Tomé e Príncipe. *Revista de Crioulos de Base Lexical Portuguesa e Espanhola*, v. 1, p. 1-27, 2009.

HAWKINS, R.. *Second Language Syntax*. Oxford: Blackwell, 2001.

HOLM, J. A. *Languages in contact: the partial restructuring of vernaculars*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

HOLM, J. Creole Influence on Popular Brazilian Portuguese. In: GILBERT, G. (ed.). *Pidgin and Creole Languages: essays in Memory of John E. Reinecke*. Honolulu: University of Hawaii Press, p. 406-429, 1987.

KLEIN, W.; PERDUE, C. The basic variety (or couldn't natural languages be much simpler?). *Second Language Research*, v.13, n.4, p.301-347, 1997.

KROCH, A. Reflexes of Grammar in Patterns of Language Change. *Language Variation and Change*, vol. 1, no. 3, 1989, p. 199-244.

LABOV, W. What can be learned about change in progress from synchrony descriptions. In: SANKOFF, D.; CEDERGREN, H. (eds.). *Variation Omnibus*. Carbondale; Edmonton: Linguistic Research, p.177-199, 1981.

LABOV, W. *Principles of linguistic change*. Oxford; Cambridge: Blackwell, 1994.

LABOV, W. *Padrões Sociolinguísticos*. Tradução de BAGNO, M.; SCHERRE, M.; CARDOSO, C. São Paulo: Parábola, 2008 [1972].

LUCCHESI, D. *A variação na concordância de gênero em uma comunidade de fala afro-bra-*

*sileira: novos elementos sobre a formação do português popular do Brasil*. 2000. Tese (Doutorado em Linguística) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

LUCCHESI, D. As duas grandes vertentes da história sociolinguística do Brasil. *DELTA*, São Paulo, v. 17, p. 97-130, 2001.

LUCCHESI, D. Norma linguística e realidade social. In: BAGNO, M. (org.). *Linguística da norma*. São Paulo: Loyola, p. 63-92, 2002.

LUCCHESI, D. O conceito de transmissão linguística irregular e o processo de formação do português do Brasil. In: RONCARATI, C.; ABRAÇADO, J. (orgs.). *Português brasileiro: contato linguístico, heterogeneidade e história*. Rio de Janeiro: 7 Letras, p. 272-284, 2003.

LUCCHESI, D. *Sistema, Mudança e Linguagem*. São Paulo: Parábola, 2004.

LUCCHESI, D. Parâmetros sociolinguísticos do português brasileiro. *Revista da ABRALIN*, Belo Horizonte, v. 5, p. 83-112, 2006.

LUCCHESI, D. Aspectos gramaticais do português brasileiro afetados pelo contato entre línguas: uma visão de conjunto. In: RONCARATI, C.; ABRAÇADO, J. (orgs.). *Português brasileiro II: contato linguístico, heterogeneidade e história*. Niterói: EDUFF, p.366-390, 2008..

LUCCHESI, D. História do Contato entre Línguas no Brasil. In: LUCCHESI, D.; BAXTER, A.; RIBEIRO, I. (orgs.). *O Português Afro-Brasileiro*. Salvador: Edufba, p. 41-73, 2009a.

LUCCHESI, Dante. Caracterização sociolinguística do português afro-brasileiro. In: LUCCHESI, Dante; BAXTER, Alan; RIBEIRO, Ilza (orgs.). *O Português Afro-Brasileiro*. Salvador: Edufba, p. 535-542, 2009b.

LUCCHESI, D. A variação na concordância de gênero em uma comunidade de fala afro-brasileira: novos elementos sobre a formação do português popular do Brasil. 2000. Tese (Doutorado em Linguística) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

LUCCHESI, D. A deriva secular na formação do português brasileiro: uma visão crítica. In: LOBO, T. *et alli* (orgs.). *ROSAE: linguística histórica, história das línguas e outras histórias*. Salvador: EDUFBA, p. 249-273, 2012.

LUCCHESI, D. *Língua e sociedade partidas: a polarização sociolinguística do Brasil*. São Paulo: Contexto, 2015.

LUCCHESI, D.; BAXTER, A. A transmissão linguística irregular. In: LUCCHESI, D.; BAXTER, A.; RIBEIRO, I. (orgs.). *O português Afro-Brasileiro*. Salvador: Edufba, p. 101-124, 2009.

LUCCHESI, D.; BAXTER, A.; RIBEIRO, I. (Orgs.). *O português Afro-Brasileiro*. Salvador: Edufba, 2009.

LUCCHESI, D.; RIBEIRO, I. Teorias da estrutura e da mudança linguísticas e o contato entre línguas. In: LUCCHESI, D.; BAXTER, A.; RIBEIRO, I, (orgs.). *O português Afro-Brasileiro*. Salvador: Edufba, p. 125-153, 2009.

MATTOS E SILVA, R. *Ensaio para uma sócio-história do português brasileiro*. São Paulo: Parábola, 2004.

MATTOSO, K. *Ser escravo no Brasil*. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 2003.

MCWHORTER, J. Identifying the creole prototype. Vindicating a typological class. *Language*, 74 (4), p. 788-818, 1998.

MCWHORTER, J. The world's simplest grammars are creole grammars. *Linguistic Typology*, 5 (2/3), p. 125-166, 2001.

MELLO, F. "Acabou-se o que era doce. Quem comeu se regalou-se": uma análise do clítico *se* em João Pessoa na interface Sociolinguística/Gramaticalização. Tese de Doutorado. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2009.

MOTA, M.; MIGUEL, M.; *et alia*. A concordância de p6 em português falado. Os traços pronominais e os traços de concordância. *Papia*, n. 22, v. 1, p. 161-188, 2012.

MUYSKEN, P.; SMITH, N. The study of pidgin and creole languages. In: ARENDS, J.; MUYSKEN, P.; SMITH, N. (eds.). *Pidgins and Creoles: an introduction*. Amsterdam: John Benjamins, p. 3-14, 1994.

NARO, A. Conclusão. In: NARO, A.; SCHERRE, M.. *Origens do português brasileiro*. São Paulo: Parábola, p. 179-186, 2007.

NARO, A. Modelos quantitativos e tratamento estatístico. In: MOLLICA, C.; BRAGA, M. (orgs.). *Introdução à Sociolinguística*. São Paulo: Contexto, p.15-26, 2003a.

NARO, A. O dinamismo das línguas. In: MOLLICA, C.; BRAGA, M. (org.). *Introdução à Sociolinguística*. São Paulo: Contexto, p.43-50, 2003b.

NARO, A.; SCHERRE, M. Sobre as origens do português popular do Brasil. *DELTA*, São Paulo, v. 9, p. 437-454, 1993.

NARO, A.; SCHERRE, M. *Origens do português brasileiro*. São Paulo: Parábola, 2007.

NEGRÃO, E.; VIOTTI, E. Contato entre quimbundo e português clássico: impactos na gramática de impessoalização do português brasileiro e angolano. *Linguística* (Online), v. 30, p. 289-330, 2014a.

NEGRÃO, E.; VIOTTI, E. Brazilian Portuguese as a transatlantic language: Agents of linguistic contact. *Interdisciplinary Journal of Portuguese Diaspora Studies*, v. 3, p. 135-153, 2014b.

- NUNES, J. Ainda o famigerado SE. *DELTA*, São Paulo, v. 11, n. 2, p. 201-240, 1995.
- OLIVEIRA, M.; HOLM, J. Estruturas-QU fronteadas e o ‘foco gramaticalmente controlado’ - a participação de línguas africanas em línguas parcialmente e completamente reestruturadas. *Papia* (Brasília), v. 1, p. 23-38, 2011.
- PARKVALL, M. *Out of Africa: African influences in Atlantic Creoles*. Londres: Battlebridge Publications, 2000.
- PEREIRA, D.. *Variação e mudança no uso dos pronomes reflexivos no português popular da capital paulista: uma abordagem funcionalista e cognitivista*. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.
- PRATAS, F. *O Sistema Pronominal do Caboverdiano*. Dissertação de Mestrado, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2002.
- RAMPTON, B. A sociolinguistic perspective on L2 communication strategies. In: KASPER, G.; KELLERMAN, E. (eds.). *Communication Strategies: Psycholinguistic and Sociolinguistic Perspectives*. Londres/Nova York: Longman, p. 279-303, 1997.
- RIBEIRO, D. *O povo brasileiro: evolução e sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- ROCHA, A. *Clíticos reflexivos: uma variante sociolinguística na cidade de Outro Preto*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1999.
- RODRIGUES, A. *Línguas Indígenas Brasileiras*. São Paulo: Loyola, 1986.
- RODRIGUES, A. As outras línguas da colonização do Brasil. In: CARDOSO, S.; MOTA, J; MATTOS E SILVA, R (orgs.). *Quinhentos Anos de História Linguística do Brasil*. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo do Estado da Bahia, p. 143-161, 2006.
- ROUGÉ, J. A inexistência de crioulo no Brasil. In: FIORIN, J.; PETTER, M. (orgs.). *África no Brasil: a formação da língua portuguesa*. São Paulo: Contexto, p. 63-74, 2008.
- SAPIR, E. *Language: An Introduction to Study of Speech*. New York: Harcourt, Brace & World, 1921.
- SHUMMANN, J. *The Pidginization Process: a model for a second language acquisition*. Rowley: Newbury House, 1978.
- SIEGEL, J. *The emergence of Pidgin and Creole Languages*. Cambridge: Oxford University Press, 2008.
- SILVA NETO, S. *Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: INL, 1963[1951].

SILVA NETO, S. *História da língua portuguesa no Brasil*. 5 ed. Rio de Janeiro: Presença, 1988[1957].

SOUZA, J. *As estruturas reflexivas no português afro-brasileiro*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011.

VAINIKKA, A.; YOUNG-SCHOLTEN, M. The roots of syntax and how they grow; Organic Grammar, the Basic Variety and Processability Theory. In: UNSWORTH, S. *et alii*(eds.). *Paths of Development in L1 and L2 acquisition*. Amsterdam; Philadelphia: John Benjamins, p. 77-106, 2006.

VIEIRA, S.; BAZENGA, A. Patterns of third person plural verbal agrément. *Journal of Portuguese Linguistics*, v. 12, n. 2, p. 7-50, 2013.

WEINREICH, U.; LABOV, W.; HERZOG, Marvin. *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística*. Tradução BAGNO, M. São Paulo: Parábola, 2006 [1968].

#### **Sobre Dinah Callou** — *Dante Eustachio Lucchesi Ramacciotti*<sup>11</sup>

---

11 Lembro-me bem que fui introduzido ao pacote de programas VARBRUL, em 1991, pela Dinah, em sua sala na Faculdade de Letras da UFRJ. Desde então esta sala se tornou para mim um porto seguro, uma parada obrigatória para uma boa conversa, toda vez que vou à UFRJ. Dentre as muitas coisas que alimentam a cumplicidade que nos une, estão o gosto pelo futebol e o fato de estarmos os dois entre a Bahia de Todos os Santos e o Rio de Janeiro.